

390				1
-----	--	--	--	---

506

# Povos da floresta vão à ONU contra desinteresse da Justiça

## Funai implorou para documento não seguir

PORTO VELHO - Um manifesto contra o descaso da Justiça brasileira com os povos da floresta, índios, seringueiros e o meio ambiente está sendo discutido e deverá ser encaminhado, na próxima semana, ao Tribunal Internacional da ONU (Organização das Nações Unidas) pelas lideranças dos 45 povos indígenas de Rondônia, Mato Grosso, Amazonas, Roraima e até dos Pataxó da Bahia. Os principais descasos, segundo avaliação do líder do povo Macuxi de Roraima, José Adalberto Silva, seria o descumprimento das demarcações das terras indígenas, falta de vigilância permanente das áreas para evitar invasões, ineficiência do aparato judicial para fazer cumprir a lei e lentidão da Justiça.

“Já se fizeram duas Constituições para determinar a demarcação das terras indígenas e o prazo para conclusão terminou em outubro de 1993 e a nossa Constituição não é cumprida. Entendemos que só um Tribunal Internacional tem condições de pressionar a Presidência da República e a Justiça brasileira para fazer valer nossos direitos”, justifica.

O descaso, segundo os índios, seria do Ministério e tribunais de Justiça e dos órgãos ambientais, como Ibama, Funai, Incra, Ministério Público e Procuradoria do Meio Ambiente, que têm favorecido a invasão das terras indígenas, a poluição dos rios da Amazônia, que detém o maior

A assessora jurídica do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Maria Cecília Filipini, garantiu que o manifesto já conta com apoio da advogada argentina Liliane Toja, integrante de uma entidade da sociedade civil daquele país que teria assento no Tribunal Internacional da ONU. A Funai teria sido

volume de água doce do mundo em disponibilidade de uso, favorecido à biopirataria e à apropriação indevida do conhecimento da Medicina tradicional.

Dois casos são ilustrados pelo líder dos Macuxi: o uso indevido de uma planta dos Wapixana, de Roraima, por um pesquisador inglês, que estaria fabricando anticoncepcionais na Europa, e a patente requerida por um pesquisador norte-americano da ayoasca - uma bebida de uso religioso e tradicional de

comunicada do envio do manifesto e sua Assessoria teria pedido, por intermédio do Cimi, que evitasse essa decisão até “pelo amor de Deus”, segundo Filipini.

O índio Nailton Pataxó, da Bahia, presente ao encontro, disse que a diferença entre a luta pela demarcação das terras indígenas da Amazônia para o

povos da floresta, no Acre.

O manifesto conta com o apoio do presidente das Organizações dos Seringueiros de Rondônia (OSR), José Maria dos Santos. Segundo ele, as 52 unidades de conservação no Estado estão invadidas e os ambientalistas também estariam insatisfeitos com a falta de providências às denúncias feitas. “Temos que nos socorrer da Anistia Internacional porque nossos direitos de cidadãos, índios, seringueiros, ribeirinhos estão sendo continuamente desrespeitados e, apesar de

Nordeste é de que lá há derramamento de sangue, com registro de 21 lideranças mortas desde 1982, quando se acirrou a luta para reaver os 54,1 mil hectares invadidos por fazendeiros. “O meu povo vive risco de extermínio por conta da falta de vontade política do governo em cumprir a Constituição”, reclama.

nossas denúncias, nada tem sido feito”, afirma.

As lideranças indígenas reclamam do modelo de Justiça, que segundo ele, é ineficiente. “As leis existem, mas não são cumpridas, e fica difícil recorrer a um sistema judiciário falido e corrupto como está o nosso, que a cada dia temos assistido na mídia o envolvimento em esquema de corrupção. Por essa razão, entendemos de pedir socorro ao Tribunal Internacional da ONU”, afirma o líder dos Macuxi.